A PROTEÇÃO JURÍDICA PARA OS REFUGIADOS NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA DA DEFESA E DOS OBSTÁCULOS ENFRENTADOS NA ATUALIDADE.

KARINA LOPES PASCHINI

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)
Graduanda em Direito pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
(UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba/MS

RESUMO: Em 2017 havia 68,5 milhões de refugiados no mundo, o maior número na história da humanidade, revelou o Relatório Anual Tendências Globais (Global Trends), da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR)¹. Refugiados são as pessoas que se afastaram de seu País de origem, obrigadas a deixar tudo para trás, receando por suas vidas e liberdade, fugindo de guerras, perseguições ou torturas. Embora acolhidas em muitos países, essas pessoas não se sentem totalmente protegidas por documentos legais, como os tratados, acordos e protocolos internacionais que visam tal proteção. Além disto, os refugiados não encontram receptividade, por parte da população, ao buscar lugares para se estabelecer. Normalmente são mal recebidos, em razão do medo que a população tem dessas pessoas. Tal comportamento julga a parte pelo todo e assim tem origem a discriminação, a intolerância e o preconceito, que se manifestam em diversos âmbitos como nas escolas, empregos, dentre outros. Os refugiados enfrentam muitas barreiras legais e sociais para sobreviver, serem aceitos e retomar uma vida normal. Ser aceito é o mais difícil, entretanto, é assim que estas pessoas voltarão a se sentir cidadãos, estabelecendo novas relações sociais. Este estudo tem por objetivo apresentar a legislação de proteção e defesa dos refugiados no Brasil e apontar alguns desafios e obstáculos que estas pessoas enfrentam para reconstituir suas vidas, Já se sabe que a dificuldade com a língua, o tipo de vestuário, a religião e os costumes culturais são motivo de estranhamento e até de chacota, por parte de algumas pessoas, e que a legislação protetiva para estas pessoas é insuficiente. Evidenciar esse contexto é imprescindível para a melhoria da aceitação e da legislação para os refugiados, daí a justificativa do estudo. Para alcançar os objetivos do estudo pretende-se utilizar como metodologia a pesquisa bibliográfica e legislativa, alicerçada na melhor doutrina com o auxílio das ferramentas virtuais.

PALAVRAS-CHAVE: REFUGIADOS; PROTEÇÃO JURÍDICA; DESAFIOS; PRECONCEITO.